For more information, please contact:

Jaime Gesisky, jaimegesisky@gmail.com/ (55) 62 81161200
Coimbra Sirica, Burness Communications
+1 301-943-3287 | csirica@burnesscommunications.com

FAVOR NÃO DIVULGAR ATÉ 00:01 GMT DE 30 DE MAIO DE 2012

***Nota do Editor**: Para obter o texto ainda sob embargo, material de apoio e biografias, favor acessar http://www.rightsandresources.org/pages.php?id=696. Usuário: rri, Senha: rio2012*

Direitos comunitários em florestas tropicais aumentam, mas a maioria das leis na Ásia e África é desrespeitada ou não tem fiscalização

Autores alertam que grilagem de terras e falta de ação das autoridades nos países mais vulneráveis ameaçam direitos, inclusive na América Latina

WASHINGTON, DC (30 DE MAIO DE 2012)—Novas pesquisas divulgadas hoje pela RRI (sigla em inglês da Iniciativa para Direitos e Recursos) mostram que, nos últimos 20 anos, centenas de milhões de habitantes da floresta em países tropicais conquistaram direitos legais sem precedentes sobre as terras e os recursos que tradicionalmente lhes pertencem. Contudo, a pesquisa também constata que mais de um terço das regras que regem os direitos à terra na maioria das florestas da África, Ásia e América Latina restringem, significativamente, a capacidade das comunidade de exercer tais direitos.

O novo relatório fornece a mais completa análise jurídica realizada até hoje sobre os direitos à posse da floresta por parte de povos indígenas e outras comunidades locais em mais de 20 países em desenvolvimento, detentores da maior cobertura florestal do mundo. O estudo trata de aproximadamente 75% das florestas dos países em desenvolvimento, onde vivem cerca de 2,2 bilhões de pessoas.

“Todos os 27 países que analisamos têm uma ou mais leis que reconhecem os direitos legais das comunidades, seja no nível nacional ou regional”, diz Fernanda Almeida, um dos autores e a principal pesquisadora do estudo. “Mas leis, por si só, não bastam. Precisam ser ‘boas leis’, e precisam ser implementadas.”

Em sua análise, Fernanda Almeida e seus colegas alertam quanto ao iminente risco de um retrocesso nestes direitos, a exemplo dos esforços dos grandes pecuaristas no Brasil no sentido de enfraquecer os direitos à terra detidos por comunidades tradicionais e indígenas, e pela contínua “grilagem” global por parte de investidores em todos os continentes. Os povos da floresta estão encurralados entre as forças em prol da sustentabilidade ambiental e a forte pressão pelo desenvolvimento econômico, disse Jeffrey Hatcher, Diretor de Programas Globais da RRI, um dos autores do novo relatório.

Apesar do enorme avanço realizado no estabelecimento de regimes de posse legal da floresta, a maioria dos países em desenvolvimento detentores de florestas ainda está lutando para implementar ações reais devido à decrescente vontade política e aos

obstáculos burocráticos", diz Hatcher. "Os exorbitantes custos técnicos e financeiros para implementar estas exigências muitas vezes estão além das possibilidades das comunidades rurais."

Aumento na Porcentagem de Florestas sob Controle Comunitário

O relatório da RRI identifica uma tendência global significativa, que iniciou logo após a Cúpula da Terra, realizada em 1992, no Rio de Janeiro, na medida em que as lideranças indígenas e comunitárias pressionaram os governos para obter direitos legais às suas tradicionais terras de floresta. A área de floresta sob o controle dos povos de floresta em países em desenvolvimento aumentou de 21% para 31% da área total de floresta naqueles países; no nível global, tais direitos agora cobrem 15% de todas as florestas, em comparação com 10% em 1992.

"Se estas leis conseguirem sair do papel, bilhões de hectares e milhões de pessoas teriam acesso a uma das ferramentas mais efetivas disponíveis para a erradicação da pobreza e a conservação de recursos limitados", disse Andy White, coordenador do RRI. "Pesquisas anteriores da RRI e outras mostraram que, quando seus direitos são reconhecidos, as comunidades de floresta são protetores tão bons ou ainda melhores do que os governos e a indústria".

O relatório da RRI menciona, por exemplo, um estudo recente do Banco Mundial que estima que a incidência de incêndios florestais foi reduzida para um quinto ou menos nas florestas protegidas, controladas por povos indígenas, em comparação com aquelas administradas pelo estado. Estudos no Nepal mostram que o controle da comunidade leva a um aumento, tanto na área de floresta, como na densidade arbórea.

"Quando seus direitos estão assegurados, os povos indígenas e da floresta são fantasticamente bem sucedidos em sustentar a si mesmos, ao mesmo tempo em que protegem suas florestas," disse White.

Mas o estudo do RRI mostra que as autoridades nacionais e estaduais muitas vezes deixam de fiscalizar a lei que deveria proteger os direitos à posse da terra dos povos da floresta. Até mesmo na América Latina, onde os avanços foram maiores em relação à transferência de direitos aos povos da floresta, os altos preços das *commodities* têm fomentado esforços por parte do estado e da iniciativa privada em atropelar tais direitos. "Sem direitos fortes, os proprietários de terras não têm confiança de que irão beneficiar-se das medidas que visam o uso sustentável das florestas," disse White. "Com sua falta de ação, as autoridades enrijecem a capacidade das comunidades locais de terem sucesso do seu jeito e de uma maneira que beneficie a todos nós."

O estudo identificou 59 sistemas de reconhecimento de direitos à posse de terras de floresta em 27 países: 17 na África, 17 na Ásia e 25 na América Latina.

-- 51 dos 59 sistemas ou regimes legais identificados foram estabelecidos depois de 1992, liderados pela América Latina.

-- A maioria dos regimes de posse da terra impede as comunidades locais de exercer pelo menos um dos sete direitos considerados fundamentais para a posse da terra.

-- Seis dos 17 regimes identificados na África não podem ser implementados por não

haver regulamentação para definir tais direitos, nem processos para implementá-los.

-- a questão mais delicada dentre todos os regimes identificados pelo estudo da RRI (21 de 59): mais de um terço não reconhece o direito a excluir gente de fora e impedir que entrem na floresta para explorar seus recursos – um elemento crítico do direito à posse da terra. .

Mesmo sem tais limitações, outros obstáculos podem impedir os povos indígenas e as comunidades de beneficiar-se dos direitos que lhe são assegurados.

-- Na Indonésia, por exemplo. As leis e políticas reconhecem os direitos dos povos indígenas a suas terras tradicionais. Mas a constituição diz que todos os recursos pertencem ao estado. Dezenas de milhões de pessoas que vivem em mais de 20.000 vilas e aldeias são basicamente posseiros de suas próprias terras.

-- Em Moçambique, os membros de comunidades locais precisam apresentar seis cópias de um mapa topográfico que identifique características geográficas detalhadas da terra ao proporem uma concessão. Em 2009, 10 anos após a aprovação da nova lei, nem uma única concessão havia sido aprovada..

Segundo White, até mesmo as lideranças globais mais profundamente engajadas na organização da conferência conhecida como Rio+20 até o momento ignoraram a importância do reconhecimento dos direitos à terra ao negociarem um plano para o desenvolvimento e a implementação de metas para o desenvolvimento sustentável.

"As florestas do mundo são cada vez mais valiosas e relevantes para os nossos esforços para desacelerar as mudanças climáticas e incentivar o desenvolvimento sustentável", disse. "Se os negociadores realmente querem reduzir a pobreza e conservar as florestas, irão convocar os países detentores de florestas para que fortaleçam os direitos comunitários à terra em suas florestas. Somente quando tais direitos forem uma realidade no papel e na prática é que as comunidades conseguirão fazer o que nós sabemos que eles fazem melhor do que ninguém – manejar as florestas e evitar as práticas insustentáveis que hoje ameaçam os países detentores de florestas tropicais na África, Ásia e América Latina."

###

A RRI – Iniciativa para Direitos e Recursos é uma coalizão mundial de organizações internacionais, regionais e comunitárias que promovem reformas na posse, nas políticas e mercados relacionados às florestas. A RRI se vale da colaboração estratégica e dos investimentos de seus Parceiros e Colaboradores em todo o mundo, trabalhando em conjunto em pesquisa, *advocacy* e reunindo atores estratégicos para promover mudanças em campo.

A RRI é coordenada pelo Grupo de Direitos e Recursos, uma organização sem fins lucrativos com sede em Washington, D.C. Para maiores informações, favor acessar www.rightsandresources.org <http://www.rightsandresources.org>.